

Efeitos do ciclo de vida sobre a cultura política dos jovens:

condição juvenil e antipartidarismo.

Rogério de Oliveira Araújo¹ Olívia Cristina Perez²

RESUMO

Esta pesquisa investiga a percepção das diferentes condições juvenis sobre o antipartidarismo ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, relacionando a expressão do antipartidarismo com o desenvolvimento do ciclo de vida e consequente mudança da condição juvenil. Foi utilizada metodologia quantitativa a partir da análise do banco de dados do ESEB (2002, 2006,2010, 2014, 2018 e 2022), priorizando as variáveis referentes à avaliação dos partidos políticos e das instituições democráticas. Os resultados demonstraram que as condições juvenis do "jovem estudante" e do "jovem solteiro" têm uma tendência maior ao antipartidarismo. Além disso, a pesquisa evidencia como as diferentes condições juvenis incidem em culturas políticas diversas e sobre a visão destas sobre a democracia e suas formas de participação.

Palavras-chave: Juventudes; Antipartidarismo, Ciclo de Vida, Condição juvenil.

ABSTRACT

This research investigates the perception of different youth conditions about anti-partisanship over the first two decades of the 21st century, relating the expression of anti-partisanship to the development of the life cycle and consequent change in the youth condition. Quantitative methodology was used based on the analysis of the ESEB database (2002, 2006, 2010, 2014, 2018 and 2022), prioritizing variables related to the evaluation of political parties and democratic institutions. The results showed that the juvenile conditions of the "young student" and the "young single" have a greater tendency towards anti-partisanship. In addition, the research shows how different youth conditions affect different political cultures and their views on democracy and their forms of participation.

Keywords: Youths; Antipartisanship, Life Cycle, Juvenile Condition.

¹ Universidade Federal do Piauí; Doutorando em Políticas Públicas; rogeroliveira373@outlook.com

² Universidade Federal do Piauí; Doutora em Ciência Política; oliviaperez@ufpi.edu.br















1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as juventudes têm sido protagonistas de intensos movimentos políticos e sociais no Brasil, a exemplo das Jornadas de Junho em 2013 (PEREZ, 2021) e do movimento de ocupações das escolas entre 2015 e 2016 (ARAÚJO, BARROS E PEREZ, 2022). Essas mobilizações políticas das juventudes por vezes são acompanhadas de demonstração de rejeição aos partidos políticos, especialmente explicitada no ciclo de protestos conhecidos como Junho de 2013 (PEREZ, 2021). Para entender essa rejeição, a presente pesquisa analisa a relação entre as juventudes e antipartidarismo, destacando os fatores que incidem sobre a rejeição dos partidos políticos por parte dos jovens.

A juventude, enquanto objeto de estudos das ciências sociais, possui diversas abordagens e conceituações teóricas. Uma definição comum da juventude leva em conta a idade dos indivíduos. Conforme o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13) seriam jovens aqueles entre quinze e vinte e nove anos de idade. Mas essa é uma definição limitada pois não abarca os traços sociais que caracterizam o grupo. Preferimos uma definição social e relacional como a de Pablo Vommaro (2015), que considera a juventude como uma relação dinâmica, histórica, social, e culturalmente construída, de modo que em que cada contexto e sociedade é preciso analisar a condição juvenil considerando esses processos. Adicionamos a essa definição a importância de se considerar marcadores como classe, raça, gênero, e região que interferem na forma como as juventudes experienciam as diversas etapas da vida.

Por antipartidarismo compreendemos as "orientações desfavoráveis das elites intelectuais ou políticas e o público em geral para com os partidos" (POGUNTKE, 1996, p. 319, tradução nossa). Fuks, Borba e Ribeiro (2018) refinam essa conceituação, classificando o antipartidarismo como um sentimento extremo de rejeição aos partidos.

No contexto brasileiro o antipartidarismo costuma ser analisado dentro dos conceitos de antipartidarismo reativo e cultural. Segundo Baquero e Linhares (2011),















REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

o antipartidarismo cultural seria resultado do processo histórico de formação dos sistemas partidários brasileiros com sua consequente desvinculação do eleitorado, gerando um sentimento cristalizado de desconfiança quanto aos partidos políticos, já o antipartidarismo reativo se daria na medida em que a atuação dos partidos frustra as expectativas do eleitorado, seja por escândalos de corrupção ou pelo não cumprimento das promessas políticas afirmadas. Estes conceitos denotam como a rejeição aos partidos políticos no Brasil são resultado tanto de uma tradição cultural de desconfiança às instituições partidárias quanto do reforço negativo dessa percepção de acordo com o cenário político e a atuação das legendas (BAQUERO; LINHARES, 2011; SAMUELS; ZUCCO, 2018; BORBA ET AL., 2015).

Há poucos trabalhos sobre juventudes e antipartidarismos. Os que estudam o tema mostram que a juventude apresenta rejeição aos canais institucionais de participação a exemplo dos partidos devido suas estruturas altamente hierárquicas, além disso, evidenciam que o antipartidarismo entre os jovens está presente não apenas no contexto brasileiro (ARAÚJO; PEREZ, 2021; OKADO; RIBEIRO, 2015). Outros trabalhos tangenciam essa relação, embora com outros focos, a exemplo daqueles que versam sobre a socialização política e a relação da internet com o modo pelo qual os jovens participam e compreendem a política institucional (BAQUERO; MORAIS, 2018; RAMÍREZ, 2016).

Em diálogo com esse campo, o presente estudo tem como objetivo verificar a relação entre o antipartidarismo e as diferenças entre os diversos grupos considerados como jovens no Brasil. A pergunta que norteou esta pesquisa foi: em que medida as diferentes condições juvenis têm relação com o desenvolvimento de sentimentos antipartidários nas juventudes ao longo das duas primeiras décadas do século XXI?

Para responder a pergunta, adotamos como referencial trabalhos que acentuam a importância do ciclo de vida para a compreensão da juventudes, ou seja, trabalhos que buscam compreender como a inserção no mercado de trabalho, a formação de um núcleo familiar, a saída da casa dos pais, dentre outros, delimitam













as fases de vida do indivíduo (OKADO; RIBEIRO, 2015; SHANAHAN, 2000; SPOSITO, 2003; ARAÚJO; PEREZ, 2023). A partir dessas referências temos como hipótese que os marcadores sociais da teoria do ciclo de vida, especificamente, a inserção dos jovens nas dinâmicas da produção e reprodução, incidem na expressão do antipartidarismo pelos jovens.

Metodologicamente, esta pesquisa utiliza como referência os dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), considerando para isso as ondas referentes a 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022. Tal recorte temporal foi adotado na medida em que permite uma percepção mais ampla do desenvolvimento do antipartidarismo no Brasil. Além disso, o banco de Dados do ESEB se constitui em um survey pensado especificamente para o contexto brasileiro oferecendo mais variáveis pertinentes a compreensão do comportamento político da população.

Por se constituir num estudo eleitoral o ESEB só considera indivíduos para a pesquisa os maiores de 16 anos, assim nosso recorte inicial da juventude foi delimitado entre 16 e 29 anos, dessa forma, foram incluídos na pesquisa 3780 jovens somadas todas a ondas do ESEB em análise.

Adotando os pressupostos do ciclo de vida a condição juvenil foi categorizada dentro dessa faixa etária em três tipos segundo sua imersão nas dinâmicas de produção e reprodução, sendo elas: a) Jovem estudante (indivíduo que se dedica aos estudos e não trabalha, nem possui núcleo familiar próprio); b) Jovem solteiro (indivíduo que estuda e trabalha, mas ainda não constituiu núcleo familiar próprio) e; c) Jovem adulto (indivíduo que pode ou não estar estudando e trabalhando, e que possui um núcleo familiar próprio). A

Estabelecemos como antipartidários aqueles que avaliaram com nota 0 (zero) o PT e 0 (zero) para uma ou mais legendas, ou responderam não conhecerem ou se negaram a responder. O PT é tomado como referência para o antipartidarismo na medida em que se constitui no único partido de massa do Brasil e pela ampla adesão popular tanto para apoio da sigla quanto para rejeição (SAMUELS; ZUCCO, 2018).











Para delimitar mais a rejeição dos jovens aos partidos cruzamos essas respostas com as variáveis "Existe algum partido que represente sua maneira de pensar?" e "Existe algum partido que você goste?", na medida em que essas variáveis revelam identificação partidária. Desse modo, os antipartidários foram aqueles que além da avaliação negativa aos partidos, apresentaram também a ausência de identificação ideológica e afetiva com alguma legenda (SAMUELS; ZUCCO, 2018; PAIVA, KRAUSE; LAMEIRÃO, 2016).

O Trabalho segue dividido em uma sessão de análise dos dados e uma conclusão na qual sintetizamos os achados da pesquisa e os capôs de estudo que se abrem.

2 JUVENTUDES E CICLO DE VIDA: A CONDIÇÃO JUVENIL E OS SENTIMENTOS ANTIPARTIDÁRIOS

Segundo os princípios da perspectiva do ciclo de vida, a juventude se destacaria da fase adulta segundo a imersão do indivíduo em duas condições: a produção, representada na inserção no mercado de trabalho e; a reprodução, considerados os diversos tipos de união estável e consequente formação de núcleo familiar próprio (SHANAHAN, 2000; OKADO; RIBEIRO, 2015).

A partir da consideração nas dinâmicas do ciclo de vida e das categorizações propostas apresentamos em no gráfico 1 a distribuição da condição juvenil. Assim como Okado e Ribeiro (2015), tomamos a variável "30 anos ou mais" como controle e comparação entre as juventudes e os adultos, considerando aqui plenamente adultos todos os que passaram dos 30 anos de idade.











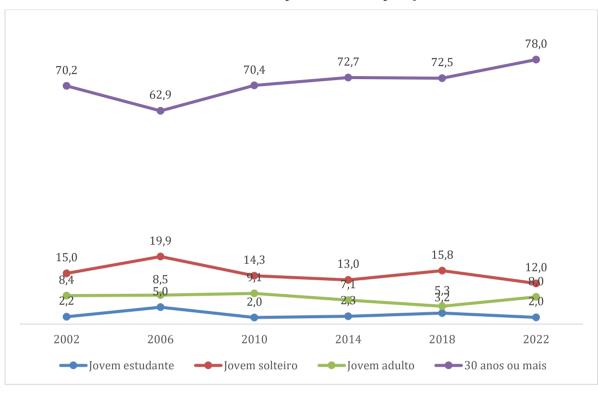


Gráfico 1. Distribuição da condição juvenil

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002 a 2022

A partir dos critérios propostos anteriormente, o gráfico 1 ilustra as diferentes condições juvenis em que podemos enquadrar a juventude, considerando os marcadores do ciclo de vida. Nesse sentido, temos os jovens solteiros como a condição juvenil mais representativa dentro do banco de dados, estando ao longo de todo o recorte temporal acima de 10%; eles são seguidos pelos jovens adultos e por fim o jovem estudante. Os adultos com 30 anos ou mais formam a maior parte do recorte do banco de dados na medida em que o ESEB se constitui num estudo eleitoral e não focaliza essencialmente a juventude.

A categorização das diferentes condições juvenis nos permite analisar em que medida a situação de cada um desses grupos influência nas suas percepções políticas. Superando uma visão essencialmente ligada a maturação biológica, podemos observar que o percentual dentro da amostra de cada ano do ESEB revela











que já há um número considerável de jovens imersos nas dinâmicas próprias da fase adulta (produção e reprodução).

Um dado que merece destaque é como a condição juvenil do "jovem estudante" é representativamente inferior as demais, dado que evidencia como os jovens brasileiros se inserem cedo no mercado de trabalho e na vida conjugal. Mesmo com o avanço da escolarização nas últimas décadas, em especial a inserção nas universidades, fica patente que uma juventude que se dedica exclusivamente aos estudos não é representativa do modo de vida da maior parte da população juvenil.

Compreendendo que as diversas condições juvenis implicam comportamentos e vivências diferenciadas cabe destacar como isso afeta a cultura política desses indivíduos. Tal análise é importante na medida em que implica sobre os modos como os jovens se inserem nas dinâmicas políticas da democracia brasileira e incidem sobre esta, seja no âmbito eleitoral, seja no âmbito da constituição das próprias políticas públicas. Daí a relevância de relacionar a condição juvenil com a rejeição aos partidos políticos, uma vez que são estes que capitaneiam e disputam o poder do Estado.

Em nosso gráfico 2 destacamos como cada categoria juvenil tem expressado o antipartidarismo ao longo das últimas duas décadas e do início dessa terceira década do século XXI.

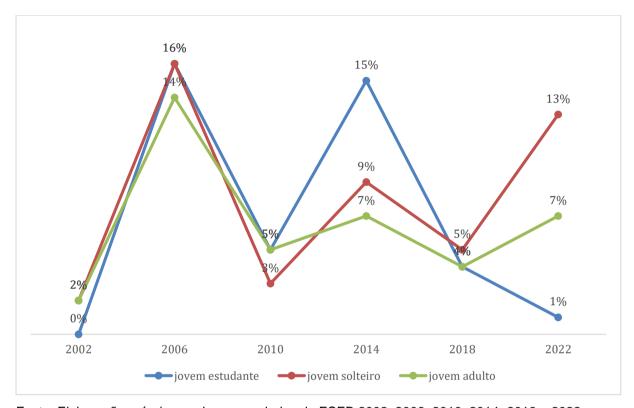








Gráfico 2. Antipartidarismo e condição juvenil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022

O gráfico 2 apresenta um recorte mais delimitado dos jovens que expressam sentimentos antipartidários segundo os critérios apresentados na introdução. Analisando internamente cada grupo em recorte chegamos a essa distribuição do antipartidarismo ao longo das duas últimas décadas. Percebe-se a grande mobilidade do sentimento de rejeição aos partidos nas últimas décadas e o destaque para os anos de 2006 e 2014.

A volatilidade do eleitorado brasileiro, quanto aos sentimentos partidários já havia sido abordada por Samuels e Zucco (2018) em seu estudo sobre o antipetismo e antipartidarismo. Segundo os pesquisadores os laços partidários do brasileiro são frágeis e mais suscetíveis as mudanças de conjuntura. Nosso gráfico reforça essa percepção, considerando os estratos juvenis abordados.













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Como observamos, entre os estratos da juventude a rejeição aos partidos políticos tende a ser mais alta a partir de 2006. Além das dificuldades impostas a uma identificação entre o eleitorado jovem e os partidos políticos, como salientam Okado e Ribeiro (2015), nos anos em destaque os grandes escândalos de corrupção (2006 com o Mensalão) e os ciclos de protestos (2014), direcionaram aos partidos políticos a culpa pela situação do país, alimentando uma rejeição que no cenário brasileiro dá indícios de se constituir num padrão cultural (BAQUERO; LINHARES, 2011).

Pelo exposto, observa-se que em 2006 temos percentuais maiores de rejeição, mesmo quando comparados a 2014, o que nos faz refletir sobre como os escândalos de corrupção de 2006 no chamado 'Mensalão" podem ser relacionados com esse salto na rejeição, uma vez que o esquema se dava diretamente sobre o modo de operação partidária e troca de favores entre os poderes legislativo e executivo. A estabilidade econômica alcançada em 2010 pode ser creditada como um fator que incide em uma avaliação mais positiva sobre os partidos políticos, as diferenças quanto ao antipartidarismo entre as diversas condições juvenis e ciclo de vida não chegam a ser expressivas.

Em 2014, no entanto, a categoria Jovem estudante novamente se destaca em relação as demais, seguida pelos jovens solteiros. Esse movimento nos remete novamente a teoria do desenvolvimento humano como uma leitura possível ao contexto desse período. A rejeição aos partidos políticos pode ser compreendida dessa forma como o resultado de uma condição positiva na situação socioeconômica aliada ao desenvolvimento de um refinamento cognitivo que valoriza a auto expressão e participação direta. Aliado a esse processo de auto expressão os ciclos de protestos reforçam os sentimentos negativos em relação aos partidos ao cobrar das instituições de representação melhorias na condição de vida.

É importante considerar também que o jovem estudante está ligado ao espaço acadêmico no qual o debate político é realizado de maneira mais proeminente (RIOS; PEREZ, 2020. Nesse sentido, a teoria da mobilização cognitiva é um fator que contribui com a análise dessa categoria juvenil, considerando que o ambiente













universitário agrega os dois principais fatores dessa teoria: a escolarização elevada e o interesse por política.

Nessa perspectiva, os jovens estudantes seriam uma categoria de vanguarda na expressão dos sentimentos antipartidários a partir de 2006, destacando-se fortemente em 2013, o que pode ser evidenciado nos estudos que tratam das Jornadas de Junho (PEREZ, 2021; TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Além disso, a projeção do antipartidarismo em nosso gráfico 2 aponta que os jovens eleitores de um modo geral navegam facilmente entre o antipartidarismo e o apartidarismo, concentrando-se nesta última categoria.

Concentrando apenas no antipartidarismo percebemos uma queda expressiva no ano de 2018, que pode ser interpretada dentre outros fatores pela eleição atípica que marcou esse ano. A candidatura de extrema direita do então presidenciável Jair Messias Bolsonaro se constitui num fator que impactou num movimento de identificação partidária, perceptível no alto grau de sucesso eleitoral do Partido Social Liberal (PSL), partido do presidente à época que foi eleito, que até esse ano era um partido pequeno no cenário nacional. O alto índice de abstenção eleitoral do ano de 2018 nos sugere também que o apartidarismo foi o elemento que mais se desenvolveu no eleitorado em 2018.

Em 2022 temos uma mudança relevante nos padrões de rejeição aos partidos políticos, se antes eram os jovens estudantes que apresentavam maior tendência ao antipartidarismo, agora são os jovens solteiros que evidenciam mais esse sentimento. A condição do jovem estudante, que o coloca mais próximo dos debates políticos e da participação política, pode ser creditado como um fator que explica essa redução no antipartidarismo, tendo em vista o amplo movimento de aliança dos campos democráticos em vista do apoio ao então candidato do PT Luís Inácio Lula da Silva.

A maior rejeição do jovem adulto (7%) e do jovem solteiro (13%) em 2022 é um dado que merece atenção. Tais indivíduos estão mais imersos nas dinâmicas do trabalho e da família esses atores foram fortemente impactados pelas dificuldades econômicas dos últimos anos, seja o desemprego ou a própria redução das políticas













públicas voltadas as juventudes (CASTRO; OLIVEIRA; RICO, 2022). Nesse sentido a dinâmica do antipartidarismo reativo pode ser elencada na medida em que a percepção do não cumprimento das promessas feitas pelos partidos se materializa em piores condições de vida.

3 CONCLUSÃO

Esta pesquisa procurou compreender aspectos da cultura política dos jovens, em especial como eles expressam e desenvolvem a rejeição aos partidos políticos. Apesar de o partidarismo ser uma pauta histórica na ciência política a discussão sobre os sentimentos partidários em interface com temática das juventudes se constitui num campo pouco trabalhado, especialmente no Brasil.

No presente estudo, tomamos como ponto de partida a análise da variação dos sentimentos antipartidários expressos pela juventude nas últimas duas décadas a partir dos dados obtidos pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Adotamos como hipóteses a influência dos fatores do ciclo de vida como determinantes da condição juvenil sobre a expressão do antipartidarismo.

Corroborando com as hipóteses apontadas neste trabalho, a condição juvenil se demonstrou um fator significativo na expressão do antipartidarismo quando comparamos com os adultos. Os jovens dentro das condições propriamente juvenis (jovem solteiro, jovem estudante) apresentaram maior propensão a expressar o antipartidarismo, especialmente em períodos marcados por acontecimentos que mobilizam o cenário político e social, como foi o caso dos escândalos de corrupção do Mensalão (2005, 2006) e das Jornadas de Junho em 2013. A forma como o jovem adulto (aquele que mesmo na faixa etária de 15 a 29 anos já possui família e trabalho) se assemelha nos resultados ao adulto reforçam a importância dos marcadores sociais para uma compreensão mais profunda sobre o comportamento político das juventudes.











Este estudo demonstrou como a condição juvenil é algo plural, que não pode ser reduzido a uma única categoria, homogeneizando atores tão distintos entre si. Nesta pesquisa, debruçamo-nos em algumas dessas condições juvenis que os bancos de dados disponíveis nos permitiram categorizar. Desse modo, fica em aberto uma série de possibilidades de estudo quanto a outros fatores que possuem igualmente peso para o reconhecimento das juventudes. A título de exemplo, destacamos a importância de se pesquisar as diferenças na cultura política das juventudes em contexto rural comparados aos de contexto urbano e o impacto da cultura política sobre a promoção de políticas públicas. A própria questão territorial é um fator que merece destaque para a compreensão das juventudes em um país continental como o Brasil.

Outra agenda que se constitui é a importância de constituir análises mais focadas na expressão dos sentimentos partidários, com instrumentos de coleta de dados desenvolvidos para esse fim. Essa importância dos sentimentos partidários para a estabilidade da democracia e a mobilização para o voto se apresenta como justificativa forte para o incentivo a uma melhor compreensão sobre como esses sentimentos se desenvolvem.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. DE O.; BARROS, R. F.; PEREZ, O. C. Jovens e opinião sobre política: Semelhanças e diferenças entre as juventudes de direita e de esquerda no Brasil. **Studia Politicae**, n. 57, p. 41–57, 2022.

ARAÚJO, R. DE O.; PEREZ, O. C. Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. **Estudos de Sociologia**, v. 26, n. 50, 21 maio 2021.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? **Em Debate**, v. 4, n. 8, p. 12–25, 2012.

BAQUERO, M.; LINHARES, B. DE F. POR QUE OS BRASILEIROS NÃO CONFIAM NOS PARTIDOS? BASES PARA COMPREENDER A CULTURA POLÍTICA (ANTI)PARTIDÁRIA E POSSÍVEIS SAÍDAS. **Revista Debates**, v. 5, n. 1, p. 89–89, 30 jun. 2011.













BAQUERO, M.; VASCONCELOS, C. DE. **Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil**. Anais do V Congresso da Compolítica. 2013, Curitiba. GT Cultura política, comportamento e opinião pública. **Anais**...Curitiba: 2013. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT06-Cultura-politica-comportamento-e-opiniao-publica-MarcelloBaquero.pdf>. Acesso em: 6 maio. 2023

BORBA, J.; GIMENES, É. R.; RIBEIRO, E. A. BASES SOCIAIS, ATITUDINAIS E COMPORTAMENTAIS DO APARTIDARISMO BRASILEIRO1. **Novos estudos CEBRAP**, p. 27–55, abr. 2015.

CASTRO, E. G.; OLIVEIRA, R. M. DE; RICO, THIAGO C. **As Políticas Públicas para Juventude no Brasil – revendo a trajetória recente**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

FUKS, M.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. **Polarização, antipartidarismo e tolerância política no Brasil**. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu. Anais eletrônicos [...]. **Anais**... Em: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. São Paulo: 2018. Disponível em: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9161. Acesso em: 8 maio. 2023.

RAMÍREZ, L. G. Dinâmicas transnacionais em tempos de Internet: jovens, mobilização e apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil. **DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, v. 4, n. 12, p. 8–16, 2016.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. DE A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, v. 13, p. 97–123, jun. 2007.

MORAIS, J. A. DE; BAQUERO, M. A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 25, p. 33–62, 2018.

OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. A. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 4, n. 1, 2015.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, v. 22, p. 638–674, dez. 2017.

PEREZ, O. C. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. **Revista Izquierdas**, n. 50, p. 52, 2021.













POGUNTKE, T. Anti-party sentiment - Conceptual thoughts and empirical evidence: Explorations into a minefield. **European Journal of Political Research**, v. 29, n. 3, p. 319–344, 1996.

RIBEIRO, E.; FUKS, M. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 25, p. 531–555, 17 jan. 2020.

RIOS, F.; PEREZ, O. Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças da última década. Em: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Eds.). **Direitos Em Disputa: LGBTI+ poder e diferença no brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 89–116.

SAMUELS, D. J.; ZUCCO, C. Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SHANAHAN, M. J. Pathways to Adulthood in Changing Societies: Variability and Mechanisms in Life Course Perspective. **Annual Review of Sociology**, v. 26, n. 1, p. 667–692, 2000.

SPOSITO, M. P. Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. 2003.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, p. 63–96, 16 maio 2019.









